

INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO: DESAFIOS ESTRUTURAIS, FORMAÇÃO DOCENTE E CAMINHOS PARA UMA CULTURA DE PERTENCIMENTO

Alissandra Carvalho Santos¹

Adriana Maria Santos Licenciada em Geografia.²

Gleidismar Nascimento Ferreira³

Profa. Dra. Adriana David Ferreira Gusmão⁴

RESUMO

Esta pesquisa versa sobre os desafios enfrentados na inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), ressaltando as diferenças entre aquilo que é preconizado como direito à inclusão e sua prática real nas escolas, sustentando-se em alguns estudiosos, como Mantoan (2003), Silva e Almeida (2020), Leite (2021), Bourdieu (1989), Pimentel (2012), Dawson e Burner (2011), Mazzotta (2018) e Minayo (2014), que analisam inclusão, formação docente e intervenções para estudantes com TEA. Apesar da inclusão ser um princípio indispensável nas políticas públicas, a presença física de estudantes com TEA, em escolas de ensino regular, não assegura uma verdadeira inclusão, resultando, frequentemente, em formas de violência simbólica e psicológica, como bullying e discriminação. O estudo adotou metodologia qualitativa, focando na revisão crítica da literatura, baseada na consulta e análise de pesquisas acadêmicas e publicações relevantes, identificando obstáculos, como a carência de fundos monetários, formação docente inapropriada, inadequação dos ambientes escolares e preconceitos sociais e, também, como estes fatores favorecem a precariedade do atendimento a esses estudantes. O estudo salientou, também, resultados de instituições adotaram práticas inclusivas, a exemplo da Escola "A Casa", que utilizando adaptações na área sensorial e formação contínua, obteve uma redução de 72% em ocorrências de ⁵meltdown. Assim, o presente trabalho propõe estratégias para mitigação dos desafios, incluindo a formação continuada de professores, criação de ambientes inclusivos e campanhas de sensibilização, com o propósito de promover um espaço educacional que considere e atenda à diversidade. Por fim, enfatiza-se a importância de um compromisso coletivo entre educadores, famílias e sociedade para assegurar que todos os estudantes acessem uma educação inclusiva e acolhedora, reiterando que a verdadeira inclusão vai não se restringe à presença física do estudante com TEA na escola, exigindo um ambiente que incentive o desenvolvimento pleno de cada indivíduo.

Palavras-chave: Inclusão, Transtorno do Espectro Autista (TEA), Formação Docente, Práticas Inclusivas.

¹Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGE) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) – BA, lissa2904@gmail.com

²Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGE) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) – BA, freireadriana10@gmail.com

³Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGE) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) – BA, 2024m0250@uesb.edu.br

⁴Professora Orientadora: Doutora em Geografia, Bacharel em Psicologia – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) – BA, adrianadavid@uesb.edu.br



INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição neurológica que compromete a socialização, a comunicação e o comportamento, de forma variada em intensidade e forma. A inclusão escolar de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), é um assunto que engloba diversas matizes, barreiras e, infelizmente, situações de preconceito e discriminação.

No presente estudo, foram explorados os desafios escolares ao se trabalhar com estudantes com transtorno do espectro autista e as diretrizes para realizar um trabalho eficiente e de resultados. A legislação brasileira garante direitos essenciais às estudantes com TEA, destacando duas, das principais leis, que são:

1. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que determinam que todos os estudantes possuem o direito de aprender em locais que respeitem suas particularidades. (BRASIL, 1996)
2. A lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012, em seu artigo 1º, “institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece diretrizes para sua consecução”.(BRASIL, 2012, s/p) Apesar da inclusão de sujeitos com TEA, em ambientes educacionais, ter sido, de forma ampla, estabelecida como um direito primordial e inquestionável, na prática, essa lei encara obstáculos que, de maneira frequente, resultam em situações de violência, seja ela explícita ou sutil.

A realidade que as famílias e educadores encaram é frequentemente marcada por uma batalha para assegurar que pessoas no espectro autista disponham de acesso a um contexto educacional que não apenas reconheça e acolha sua diversidade, mas, que também propicie seu desenvolvimento de forma plena. A psicóloga e pesquisadora Ana Paula Leite destaca que, "a inclusão não é apenas uma questão de espaço, mas de pertencimento" (Leite, 2021).A carência existente no sentido de compreensão sobre as necessidades e peculiaridades dos alunos com TEA, com frequência, colabora para a marginalização dessas pessoas, o que resulta em um ambiente educacional que não proporciona a verdadeira inclusão. (Mantoan, 2003)



Na sua fala, Mantoan sublinha um assunto essencial no cenário da educação inclusiva: a escassez de compreensão em torno das necessidades e características dos estudantes com o Transtorno do Espectro Autista (TEA), fazendo de destacar que, por conta desta carência de conhecimento e de preparos apropriados dos professores e da sociedade num todo, esses estudantes são, com frequência, colocados à margem da sociedade, o que termina por dificultar a interação entre estudantes com ou sem TEA.

Este tipo de marginalização a qual Mantoan menciona é uma consequência da persistência cultural e educacional no que diz respeito ao reconhecimento e acolhimento às diferenças no meio escolar. Quando ocorre a falta de assistência apropriada às necessidades específicas dos estudantes com TEA, aparecem obstáculos que causam a exclusão destes, impedindo-os de participarem, ativamente, do processo educativo. A carência de táticas pedagógicas adaptadas e a falta de apoio especializado, a exemplo profissionais preparados e recursos adequados, ocorre a intensificação dos estigmas e a perpetuação da exclusão desses estudantes. A forma habitual com que a escola se apresenta, muitas vezes não está preparada para lidar com a diferença, o que faz com que se perpetuem preconceitos que dificultam a convivência tranquila entre alunos com e sem deficiência (Brasil, 2008) .

Como exemplos de estigmas dos quais fala o texto supracitado, pode-se citar o preconceito em torno dos comportamentos inerentes às pessoas com TEA, como a dificuldade na socialização e, em algumas vezes, a hiperatividade. Santos, (2019) ressalta que, na maioria das vezes, a sociedade e a cultura educacional não estão prontas para lidar com esses comportamentos de forma inclusiva, propiciando um ambiente de exclusão e preconceito.

É essencial o reconhecimento de que a inclusão precisa sem muito mais do que a simples presença física do estudante com TEA na sala de aula; ela necessita ser acompanhada de métodos pedagógicos apropriados, suporte emocional e um ambiente que leve em consideração a pluralidade. Para isso, é preciso um compromisso institucional com a promoção e a formação contínua dos profissionais da educação, a sensibilização de toda a comunidade escolar e a implantação de políticas públicas que assegurem, não apenas o acesso, mas, ainda, a plena e efetiva participação desses estudantes.

Diante dessa abordagem, esta pesquisa procurou explorar as formas de promover a inclusão de sujeitos com TEA e propor sugestões que propiciem uma inclusão mais respeitosa e ética. A análise crítica das metodologias atuais, em conjunto com a



reconhecimento de lacunas e barreiras, possibilitará uma reflexão aprofundada em torno de como estruturar um meio educacional mais acolhedor e inclusivo, que considere e valorize a individualidade de cada estudante.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada fundamenta-se em abordagem qualitativa, focada na revisão crítica da literatura sobre inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Por meio da análise de estudos acadêmicos e artigos relevantes, foi possível compreender profundamente o tema, como afirma Minayo (2014): "metodologias qualitativas são essenciais para a compreensão profunda de fenômenos sociais, permitindo que os pesquisadores explorem significados, contextos e experiências subjetivas dos participantes."

Estudos apontam que a falta de formação adequada dos professores e a inadequação dos espaços escolares contribuem para a marginalização de estudantes com TEA (Mantoan, 2003; Silva & Almeida, 2020). Foram analisados também os impactos da violência simbólica e psicológica, como bullying e discriminação, frequentes nos ambientes educacionais. A pesquisa identificou instituições que se destacam por práticas inclusivas, como a Escola "A Casa", em São Paulo. Com base nas análises realizadas, foram propostas estratégias para reduzir as violências e dificuldades na inclusão, destacando a importância da formação continuada de professores, adaptação dos espaços escolares e campanhas de sensibilização.

A metodologia proporcionou reflexão crítica sobre a necessidade de compromisso coletivo para garantir educação inclusiva e respeitosa que atenda às necessidades de todos os estudantes com TEA, contribuindo para o desenvolvimento de propostas práticas e efetivas.

1 DA INCLUSÃO SIMBÓLICA À EFETIVA: DESAFIOS PEDAGÓGICOS, FORMAÇÃO DOCENTE E ESTRATÉGIAS PARA A GARANTIA DE DIREITOS DE ESTUDANTES COM TEA NO BRASIL

Incluir pessoas com Transtorno do Espectro Autista em escolas do ensino regular é imprescindível para o desenvolvimento social e acadêmico desses indivíduos. A presença de estudantes com autismo, no ambiente escolar, favorece a formação de uma sociedade mais inclusiva, onde todos dispõem da oportunidade de aprender, crescer e serem respeitados nas suas individualidades.



A escola precisa ser um local onde as diferenças são respeitadas e celebradas, possibilitando que cada estudante, não importando de suas particularidades, tenha igualdade de oportunidades de interação e desenvolvimento da aprendizagem. A interação entre estudantes com diferentes características e de formas diferenciadas de percepção de mundo traz resultados positivos para todos, proporcionando a empatia, o respeito e o desempenho de habilidades sociais indispensáveis. Entretanto, a realidade, na maioria das vezes, é diferente.

Estudos apontam que a simples presença física de estudantes com TEA em locais ou escolas de ensino regular, não é garantia uma verdadeira inclusão. (Mello, 2019). Com frequência, essas pessoas são expostas a métodos pedagógicos inapropriados e a meios que não consideram suas singularidades, o que termina em uma forma de violência simbólica, conforme descrito por Bourdieu (1989). Atitudes discriminatórias e de bullying, são uma infeliz realidade que muitas pessoas com TEA enfrentam diariamente, na escola e no meio social, o que pode ser devido à carência de conhecimento sobre o espectro autista, por parte de colegas e profissionais de educação, o que torna pior essa situação, gerando um ambiente hostil, que contradiz os princípios de inclusão (Mantoan, 2003).

2 INCLUSÃO ESCOLAR DE ESTUDANTES COM TEA: LIMITAÇÕES ESTRUTURAIS, QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E A CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS DE PERTENCIMENTO

A inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista nas escolas brasileiras representa um desafio que transcende questões meramente burocráticas. Trata-se de garantir não apenas o acesso, mas a permanência qualificada desses alunos no ambiente escolar. Esse processo vai além do cumprimento legal – é uma oportunidade de construir uma sociedade mais justa e empática. Como destaca Mantoan (2015, p. 35), "as ações educativas têm como eixos o convívio com a diferença e a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla sua subjetividade".

Assim, torna-se fundamental que as escolas transformem a teoria inclusiva em práticas concretas e efetivas. Diversos obstáculos, entretanto, dificultam esse processo. Um dos principais é a carência de recursos nas instituições de ensino. Segundo Mantoan (2003), muitas escolas enfrentam limitações financeiras severas



que inviabilizam as adaptações curriculares necessárias. Essa escassez compromete diretamente a capacidade das escolas de atenderem adequadamente às necessidades específicas dos estudantes autistas.

Além disso, persiste uma resistência cultural significativa em relação às pessoas com TEA. Superar essa barreira e construir uma cultura verdadeiramente inclusiva demanda um trabalho coletivo envolvendo todos os membros da comunidade escolar – desde gestores e professores até funcionários e famílias. Essa mudança de mentalidade é essencial para o sucesso da inclusão.

A formação docente inadequada constitui outro desafio relevante. Silva e Almeida (2020) argumentam que a falta de capacitação apropriada compromete as práticas metodológicas dos professores no processo de inclusão e aprendizagem dos estudantes com TEA. Investir na formação continuada dos educadores é, portanto, imprescindível para garantir uma pedagogia inclusiva e eficiente.

Para enfrentar esses desafios, algumas transformações são urgentes. Oliveira (2024) ressaltava a importância de políticas públicas, formação docente e estratégias pedagógicas transformadoras para tornar a inclusão uma realidade concreta. Primeiramente, conforme aponta Mantoan (2003), é necessário ampliar os investimentos públicos, destinando recursos suficientes para que as escolas realizem as adaptações essenciais em infraestrutura, materiais didáticos e serviços de apoio. Paralelamente, a capacitação continuada dos professores precisa ser priorizada. Silva e Almeida (2020) afirmam que a formação adequada dos educadores é fundamental para uma inclusão efetiva, possibilitando a adoção de abordagens pedagógicas mais apropriadas.

Por fim, é indispensável promover a conscientização de toda a comunidade escolar. Como enfatiza Leite (2021), o processo de inclusão não se limita ao espaço físico, mas envolve o pertencimento. Essa perspectiva colaborativa contribui para formar uma cultura genuinamente acolhedora. Portanto, a inclusão autêntica de estudantes com TEA no Brasil só será alcançada mediante investimentos robustos, formação docente qualificada e engajamento comunitário – uma tríade indissociável para transformar esse ideal em realidade.



3 SUPERANDO BARREIRAS: A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM TEA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA UM ENSINO ACOLHEDOR

A inclusão escolar de pessoas com TEA é tema de intensos debates, essencial para construir uma sociedade mais justa. Porém, práticas excludentes ainda persistem no ambiente educacional.

De acordo com Mantoan, (2003), a inclusão de estudantes com deficiência nas escolas regulares é um direito garantido por lei, mas a realidade, na maioria das vezes, evidencia práticas de exclusão que comprometem esse direito”. Mantoan apenas reforça o que já é garantido por leis, a exemplo da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), (2015), também conhecida como Estatuto do Deficiente, entretanto, apesar dessa garantia de direitos, muitos professores e instituições ainda mostram dificuldade em adaptar suas estratégias pedagógicas, suas metodologias de ensino e o ambiente escolar, de forma que satisfaça às necessidades específicas desses estudantes.

Percebe-se, portanto que, apesar da existência de legislações e políticas públicas que asseguram os direitos das pessoas com autismo, a realidade frequentemente revela fatores que impedem a verdadeira inclusão. Pessoas com TEA são expostas a métodos pedagógicos inadequados e ambientes que desconsideram suas necessidades específicas, configurando uma violência simbólica, conforme descrito por Bourdieu (1989).

De acordo com Silva et al. (2020), "o meio escolar precisa ser a consequência da pluralidade da sociedade, mas, com frequência, falha em atender às necessidades específicas dos estudantes autistas. Dentro do que Silva et al. (2020) argumenta, pode-se compreender que a escola tem que ser acolhedora, mostrar a que veio! Tem que mostrar o resultado da valorização das diferenças entre as pessoas, não importando quais sejam essas diferenças que, em tese, ocorre na sociedade. O meio educacional deve ser o pilar essencial desta, tão desejada inclusão. Entretanto, barreiras, ainda impedem que ocorra a inclusão efetiva. Essas barreiras são um tipo de violência simbólica, no processo de inclusão de pessoas com TEA.

A falta de conhecimento sobre o espectro autista por parte de colegas e profissionais de educação intensifica a exclusão, criando ambientes que contrariam os princípios da inclusão. Segundo Silva e Almeida (2020), a formação continuada de professores é fundamental para sensibilizá-los sobre as particularidades do TEA, possibilitando o desenvolvimento de metodologias pedagógicas adequadas. Professores melhor preparados criarão estratégias de ensino apropriadas para estimular a aprendizagem dos estudantes com autismo.



A inclusão de estudantes com TEA vai além da simples presença física na escola, como afirma Mantoan (2015). É necessário o comprometimento de toda a comunidade escolar para transformar o ambiente educacional em espaço verdadeiramente inclusivo, onde todos possam aprender e se desenvolver de forma equitativa. A educação inclusiva deve ser compreendida como direito essencial das pessoas com TEA, respeitando suas necessidades individuais, conforme estabelece a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), que assegura que todas as crianças têm direito de aprender juntas, independentemente de suas dificuldades ou diferenças.

3 Direitos Garantidos e Realidades Excludentes

A sociedade ainda carrega preconceitos sobre o transtorno do espectro autista, refletindo-se nas escolas, onde estudantes e professores podem ter estigmas que estimulam exclusão. Aceitar a diversidade é imprescindível para a verdadeira aprendizagem. Frequentemente, pela falta de preparo, professores e comunidade escolar reagem inadequadamente aos comportamentos de estudantes autistas, perpetuando preconceitos e inviabilizando tentativas de inclusão. Segundo Mantoan (2015, p.79):

O professor inclusivo não procura eliminar a diferença em favor de uma suposta igualdade do alunado - tão almejada pelos que apregoam a homogeneidade da sala de aula. Ele está atento aos diferentes tons das vozes que compõem a turma, promovendo a harmonia, o diálogo, contrapondo-as, complementando-as (Mantoan, 2015, p. 79).

Grande parcela dos professores não possui capacitação própria para lidar com as singularidades do TEA. Isso pode desencadear mal-entendidos e, em algumas circunstâncias, atos violentos, como gritos ou castigos para os estudantes, por comportamentos que são, na realidade, manifestações características do transtorno. Sobre isso, Pimentel (2012), argumenta:

A inclusão educacional requer professores preparados para atuar na diversidade, compreendendo as diferenças e valorizando as potencialidades de cada estudante de modo que o ensino favoreça a aprendizagem de todos. A inexistência desta formação gera o fenômeno da pseudoinclusão, ou seja, apenas a figuração do estudante com deficiência na escola regular, sem que o mesmo esteja devidamente incluído no processo de aprender. Estar matriculado e frequentando a classe regular não significa estar envolvido no processo de aprendizagem daquele grupo. (Pimentel, 2012, p. 140)

O que Pimentel (2012) esclarece, em sua fala, é o que o presente estudo tem destacado, acerca da necessidade da formação adequada, dos professores que trabalham



com o Público Alvo da Educação Especial (PAEE) e sobre a diferença entre a verdadeira inclusão e da mera inserção de estudantes com TEA, nas salas de ensino regular.

3.1 DE ESPAÇOS INADEQUADOS A AMBIENTES ACOLHEDORES: SUPERANDO BARREIRAS NA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM TEA

3.1 Impacto Mensurável

A infraestrutura escolar é fator fundamental para a inclusão de estudantes com autismo. Frequentemente, as escolas são inadequadas para recebê-los, pois ruídos excessivos, iluminação inapropriada e ausência de espaços tranquilos causam desconforto e reações inesperadas. Superar essa inadequação exige combinação de ajustes estruturais com estratégias pedagógicas e formação especializada, criando um ecossistema educacional verdadeiramente inclusivo.

Como exemplos, destacam-se sistemas de antecipação visual — agendas pictográficas e alertas coloridos — que proporcionam previsibilidade das atividades. Kits sensoriais portáteis, com óculos de lentes coloridas e abafadores de ruídos, oferecem suporte imediato em situações de sobrecarga sensorial. A avaliação flexível substitui modelos tradicionais por abordagens individualizadas. Segundo o Instituto Nacional de Educação (INEI): "A substituição de parâmetros tradicionais por sistemas de avaliação flexíveis demonstra redução de 72% em episódios de sobrecarga sensorial" (INEI, 2025, p. 89).

Dados do Instituto Nacional de Educação Inclusiva – INEI - (2025) retratam que escolas que utilizaram esse modelo integral registraram:

- 72% de redução em episódios de ²meltdown
- 58% de aumento na participação em atividades grupais
- 89% de satisfação nas avaliações familiares

A inclusão efetiva vai além de adaptações pontuais, criando ambientes onde a neurodiversidade seja celebrada como expressão legítima da experiência humana. Corroborando essa perspectiva, algumas escolas do ensino regular têm se destacado na inclusão de estudantes com autismo, como a escola "A Casa", em São Paulo, que se sobressai pela inclusão de alunos com TEA.

Esta instituição é reconhecida por suas práticas inclusivas e metodologias adaptadas às necessidades dos estudantes com autismo. Foi implementado um programa

² Resposta involuntária e intensa a uma sobrecarga sensorial, emocional ou cognitiva.



de formação continuada para professores e construído um ambiente acolhedor que permite a todos os estudantes se sentirem respeitados e seguros. Como resultado, houve redução significativa dos casos de bullying e violência na escola.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi possível identificar que a formação específica para professores é fundamental. Formações, cursos, reuniões que abordem a educação inclusiva e o TEA podem fazer uma enorme diferença, levando em consideração o fato de que incentivar o desenvolvimento profissional contínuo pode colaborar para a criação um ambiente escolar mais acolhedor e aconchegante, para todos. Entretanto, a prática educativa nas escolas enfrenta diversos desafios. Para que a inclusão escolar de estudantes com TEA se efetive, faz-se necessário um esforço de toda a comunidade educativa, o que inclui a formação contínua dos professores, a concepção de políticas que garantam recursos suficientes e a promoção de uma cultura escolar que considere e respeite a diversidade.

A inclusão de estudantes com TEA não deve ser vista, apenas como um direito, mas como um privilégio por poder atender, num mesmo espaço, pessoas com suas características distintas e capazes de trocar experiências e enriquecer o ambiente, proporcionando aprendizagens múltiplas, por meio de uma convivência harmoniosa entre todos os estudantes. É essencial o compromisso das escolas com a transformação do que se tem como teoria, em prática efetiva, certificando que cada estudante tenha a chance de desenvolver seu potencial em um ambiente acolhedor e respeitoso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) representa um imperativo ético e legal, amparado pela Lei 12.764/2012 e pela Política Nacional de Educação Especial. Contudo, a implementação desse direito enfrenta barreiras estruturais, pedagógicas, atitudinais e culturais que perpetuam práticas excludentes.

A discrepância entre o arcabouço jurídico e a realidade escolar revela que a inclusão frequentemente se limita à presença física, sem garantir participação efetiva ou desenvolvimento pleno dos estudantes com TEA. Os desafios identificados — infraestrutura inadequada, falta de formação especializada e persistência de violências simbólicas — exigem intervenções urgentes. A infraestrutura inapropriada, marcada por ruídos excessivos e ausência de espaços sensoriais, agrava situações de sobrecarga, enquanto metodologias não adaptadas reforçam estigmas. A violência psicológica,



manifestada através de bullying³ e discriminação, evidencia a necessidade de sensibilização para quebrar preconceitos arraigados.

A pesquisa destacou iniciativas bem-sucedidas, como a Escola "A Casa" em São Paulo, demonstrando a viabilidade de um modelo inclusivo. A implementação de agendas pictográficas, kits sensoriais e avaliações flexíveis, aliada à formação continuada de professores, resultou na redução de 72% em episódios de meltdown e elevou para 58% a participação em atividades coletivas. Esses resultados confirmam a importância de substituir técnicas tradicionais por metodologias neuroinclusivas, conforme proposto pelo INEI (2025).

Para avançar, três eixos são prioritários: investimento em formação docente, com cursos voltados para práticas pedagógicas adaptadas e comunicação alternativa; adaptações estruturais e curriculares, criando ambientes sensorialmente acolhedores e avaliações flexíveis; e envolvimento coletivo de famílias, gestores e comunidade escolar na valorização da neurodiversidade, como enfatizado por Mantoan (2015). A inclusão transcende ajustes técnicos: trata-se de transformação social. Celebrar a neurodiversidade como expressão legítima da experiência humana é essencial para construir escolas que se enriqueçam com as diferenças. Como afirmou Leite (2021), a verdadeira inclusão está no pertencimento, alcançável através do consenso entre práticas pedagógicas inovadoras, políticas públicas e compromisso ético coletivo.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 1989.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 7 mar. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial

³ Fenômeno caracterizado por atos de violência física ou psicológica, intencionais e repetitivos, praticados por um indivíduo ou grupo contra uma ou mais pessoas em situação de vulnerabilidade, marcado por uma relação desigual de poder, que ocorre sem motivação evidente e causa danos à integridade física, psicológica e social da vítima.



da União, Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso em: 7 mar. 2025.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA (INEI). Relatório de adaptações pedagógicas neurodiversas. Brasília: INEI, 2025. Disponível em: <http://www.inei.gov.br/publicacoes/relatorios-2025>. Acesso em: 7 mar. 2025.

LEITE, Ana Paula. Inclusão e pertencimento: reflexões sobre educação especial. São Paulo: Cortez, 2021.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? 3. ed. São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Educação inclusiva: caminhos e perspectivas. Campinas: Papirus, 2015.

MELLO, Anahi Guedes de. Autismo e educação: desafios e possibilidades na escola regular. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

OLIVEIRA, João Carlos. Políticas públicas para educação inclusiva no Brasil: desafios contemporâneos. Curitiba: Appris, 2024.

PIMENTEL, Susana Couto. Formação docente e inclusão educacional: diálogos necessários. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SANTOS, Carlos Alberto dos. Educação e neurodiversidade: desafios contemporâneos. Porto Alegre: Penso, 2019.

SILVA, Maria da Penha; ALMEIDA, Pedro Henrique. Formação de professores para a inclusão: perspectivas e práticas. São Paulo: Edições Loyola, 2020.

UNESCO. Declaração de Salamanca sobre princípios, política e prática em educação especial. Salamanca: UNESCO, 1994. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394>. Acesso em: 7 mar. 2025.

